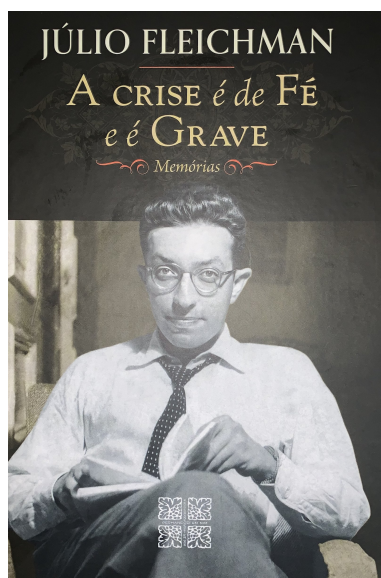


## A FUNDAÇÃO DA “PERMANÊNCIA”

Julio Fleischman

**Fonte:** *A crise é de fé e é grave*, p. 61–73. Permanência, 2023.

**Descrição:** Quinto capítulo das memórias de Julio Fleischman.



---

Nossa vida, de Anna Luiza e minha, não era fácil. Não tínhamos dinheiro para nada e houve tempo em que não podíamos jantar para comprar leite Nestogeno para a filha mais velha. Para pagar o parto dessa filha mais velha, Maria, eu tinha levado um ano. O segundo filho, Pedro, também tive que pedir dinheiro emprestado para pagar seu parto, mas pude saldar o empréstimo em seis meses. O terceiro, Gustavo, paguei na hora seu nascimento, assinando um cheque. Quando a quarta, Ana, estava para nascer, entrava eu quinze minutos antes do nascimento para ser entrevistado pelos diretores da Coca-Cola, onde comecei a trabalhar, como chefe, depois Diretor do seu setor jurídico, em 1963.

Quatro anos depois, em junho de 1967, a Coca-Cola mandou-me fazer um estágio em Nova York durante 30 dias, e pagava a passagem e estadia de Anna Luiza também. Uma semana antes do embarque, fiquei sabendo que, com mais 200 dólares para cada um (naquele tempo), nossa viagem poderia ser Rio-Nova York-Londres-Paris-Veneza-Roma-Lisboa-Rio. Belos tempos. Depois do estágio em Nova York, tirei férias e lá fomos nós — jamais pensei que um dia poderia ir à Europa — conhecer as maravilhas que já tínhamos visto em livros e revistas. Minha sogra emprestou-nos o dinheiro necessário e mudou-se para nossa casa Para ficar com as crianças. Planejamos um *starvation budget*, isto é, orçamento de

fome, para comer durante nossa estada, e pudemos assim descobrir alguma coisa da Europa católica.

Enquanto estávamos em Nova York, estourou a guerra dos Seis Dias e vimos bandos de rapazes judeus, com a cabeça coberta com o pequeno barrete que chamam *kippa*, angariando fundos nas ruas para ajudar os israelenses. Assisti pela televisão o debate do Conselho de Segurança das Nações Unidas e fiquei impressionado pelas normas de discussão, que jamais vi tão inteligentes e tão eficientes para deliberação de um órgão colegiado. É absoluta e eficazmente proibida qualquer interrupção ou aparte, e por isso, enquanto um dos delegados fala e mantém de pé uma pequena bandeira de seu país, ninguém o interrompe, enquanto não esgotado seu tempo. Com isso e com a bandeirinha de pé, pode-se utilizar um impressionante recurso oratório que é impossível usar nos parlamentos que admitem apartes: o silêncio entre duas proposições.

Nossa vida, antes e depois da viagem, continuava a mesma: o trabalho, a frequência às aulas do Dr. Corção, o acompanhamento, com ele, do que acontecia.

**[Gustavo] Corção** continuava a batalhar aturdido, insultado, apavorado com o que acontecia na Igreja. Continuava crendo que o Papa Paulo VI e o Concílio, que já havia terminado, estavam sendo mal interpretados e cotejava textos do Concílio e de discursos papais com as proposições dos bispos e padres desvairados que promoviam “Missas Jovens”, ou faziam declarações espantosas. Escrevia artigos para denunciar que na igreja de Santo Inácio, dos padres jesuítas, um simpático Padre Guy dava a palavra, para a leitura do Evangelho e para a Pregação, a um pastor protestante. Escrevia para apoiar manifestos de católicos paulistas e mineiros contra as aberrações do mundo eclesiástico. Continuava a considerar **Jacques Maritain** como o maior pensador católico vivo, cujos ensinamentos acompanhava com admiração...

Minha filha mais velha, Maria, chegou à idade escolar. Como deixar de matriculá-la no **Colégio Sion**, cujas freiras rezaram por minha conversão e compareceram a meu batismo? Maria ali ficou algum tempo, creio que uns três anos, até que, em outubro de 1967, começaram a circular no Colégio Sion panfletos impressos comunicando que uma Comissão da Arquidiocese do Rio de Janeiro, sob a direção do Bispo Auxiliar, **Dom José de Castro Pinto**, com a colaboração do Colégio Sion e de outras personalidades, iria promover, repito: **promover (!)** a comemoração dos 450 anos da Reforma Protestante, numa cerimônia que se gabava de ser única no mundo e pioneira na espécie.

Ficamos todos aturdidos, mais uma vez. Corção publicou seus artigos em que mostrava todo o seu estupor e confrontava a aberração que se programava com a malignidade e gravidade da ruptura protestante, dizendo não poder acreditar que

autoridades diocesanas, que o **Cardeal Dom Jaime Câmara**, houvessem permitido tal comemoração. Havia, permitira, como apuramos depois.

Fomos em comissão, um grupo de católicos leigos, ao Palácio São Joaquim levar ao Cardeal nosso estupor, nossa indignação, nosso protesto. Levamos um memorial escrito pedindo o cancelamento da dita “comemoração”. Dom Jaime nos recebeu perturbado, confessando que havia dado licença para certa cerimônia, mas que, disse ele, “mãos hábeis” haviam adulterado o que havia permitido. Os jornais do dia 27/10/1967 publicaram a notícia da nossa visita ao Cardeal, nosso protesto, mas acrescentavam que o Cardeal só prometeu que examinaria com Dom Castro Pinto quais os compromissos já assumidos para ver o que poderia fazer. Não se fez nada. Os tais “compromissos”, parece, eram mais importantes do que dar testemunho da Fé e provas de caráter.

Enquanto esperávamos, na antessala do cardeal, a hora de nossa audiência, um padre que só então conheci, chamado Padre Guglielmo, se bem escrevo o seu nome, percorria a sala indo de uns para outros, com um sorriso de zombaria e um ar de espanto a perguntar..., “mas por que estão protestando?”. Também o monge beneditino, **Dom Estevão Bettencourt**, que nunca deixou de procurar prejudicar a obra de Corção disfarçadamente, com a sua aparência meio repugnante de uma fachada “caridosa”, veio para os jornais a chamar de “exagerada” nossa reação. Finalmente, o próprio bispo Dom Castro Pinto foi visitar Corção pensando, parece, em convencê-lo de que não havia nada de mais na sua iniciativa.

Contou-nos Corção depois que, ao longo da conversa, o bispo saiu-se com esta: “Mas Dr. Corção, afinal de contas, o protestantismo não pode ser tão ruim já que Nosso Senhor permitiu que acontecesse...”. Ouvindo isso, e da boca de um bispo, Corção levantou-se e disse-lhe: “Senhor bispo, depois do que o senhor disse, nossa conversa se tornou impossível”. O bispo olhou-o com um olho mau e saiu de sua casa num repelão furibundo. Foi para os jornais publicar sua burrice, comparando a aproximação com os protestantes com o fato de que brasileiros e portugueses podem hoje confraternizar apesar da revolta que levou o Brasil à independência!

De minha parte, não pude manter Maria no Colégio Sion. Escrevi uma carta à Madre Superiora lembrando meu relacionamento com as mães daquele colégio — as quais iriam, pouco depois, começar a usar saias curtas e a dar aulas de iniciação sexual para meninas de doze anos — e dizendo que, em vista da atitude que tinham tomado, não podia deixar minha filha no seu colégio. Matriculamos Maria num colégio leigo mas de ambiente católico, o Colégio Jacobina, em que Anna Luiza havia estudado, e ali ela ficou.

Mesmo ali, porém, pouco depois, tivemos o desprazer de saber que a professora de religião ensinava **Teilhard de Chardin** a meninas que nem sequer podiam entender

direito de que se tratava. Fui falar com a professora, lembrando a ela que havia um *Monitum* da Santa Fé advertindo os educadores e dirigentes de Seminários contra os “graves erros” da obra de Teilhard de Chardin. Ela pareceu meio espantada, mas me disse que seguia a orientação de **Dom Estevão Bettencourt** e que, se este confirmasse que não recomendava a obra de Teilhard de Chardin, ela cessaria de se referir ao perigoso jesuíta.

Fui ao Mosteiro de São Bento e pedi para falar com Dom Estevão. Expliquei o assunto. Ele me disse, meio espantado, que não se lembrava de ter recomendado Teilhard de Chardin. Pedi-lhe uma declaração escrita. Ele se torceu todo, via-se que preferia não dá-la, mas fiquei firme. Acabou dizendo: “É, acho que se der estarei dizendo a verdade, não é?”. “É”, respondi. “E não estou faltando à caridade, não é?”. “Não, não está, está ajudando a defender a fé das meninas...”. Afinal me deu um papel cheio de hesitações mas que me serviu para obter da professora que deixasse Teilhard de Chardin de lado.

Nesse ano de 1967 tivemos, entre os nossos, a primeira baixa. Morreu Fábio Alves Ribeiro, grande combatente do Centro Dom Vital que, nos primórdios do Movimento Litúrgico, defendera a causa contra os que reagiram contra ela, às vezes com razão, às vezes sem ela. Em comovido artigo de jornal, Corção relata tudo o que devia a este homem simples e obscuro, modesto e rico em virtudes e sabedoria, mas sobretudo, como ele disse, sério, reto e bom.

Em seu combate, Corção começa a dar sinais de uma percepção mais aguda do que acontecia na Igreja. Espanta-se com novos fenômenos como aquele que acima indiquei: o da comemoração da reforma protestante por iniciativa das autoridades diocesanas do Rio de Janeiro. No artigo que escreveu a respeito, no Diário de Notícias, em 22/10/1967 ele diz:

“E aqui está a consciência católica mais uma vez afligida, mais uma vez aturdida diante das novidades tolas que surgem por toda parte como se já não existisse autoridade na Igreja. Disse autoridade? Não, como se já não existisse Igreja.”

Ele começa agora a ter sua angústia dirigida para considerações mais amplas e o clamor de seu sofrimento obriga-o a pensamentos mais ousados.

No artigo que publicou em 4/11/1967, sob o título “Anti-Papa”, começa a suspeitar e a comentar o estranho caráter de uma espécie de agência central, de um posto de comando, uma Sé que não é santa, um Anti-Vaticano, um Anti-Papa, todas essas, expressões textuais suas. Esse centro é de onde partem diretivas que promovem a corrupção da mentalidade católica e procuram a desmoralização e o desmantelamento da Igreja. Pergunta: será uma pessoa? Será um colegiado? Inclina-se por esta segunda hipótese e imagina uma Igreja do Diabo, com seus

sacerdotes, seus bispos e seu exército inumerável de idiotas voluntários em todas as línguas.

Corção e seus amigos mais importantes — entre os quais eu não estava — começaram a pensar em fundar alguma coisa. **Gladstone Chaves de Melo** e alguns outros propuseram a fundação de um Centro de Cultura Humanística.

Hoje, olhando para trás, pergunto a mim mesmo: por que humanística? Por que não católica? Imagino, mas não tenho certeza, que se tratava de um equívoco semelhante ao que, anos mais tarde, conheceremos sob o nome de *Office de Formation Civique selon le droit naturel et chrétien*, ou coisa semelhante, de que falaremos depois, isto é, a ideia de buscar um mínimo denominador comum para incluir, além de católicos, outros homens de bem numa ação comum. Aprendi anos depois, com esta e outras experiências semelhantes, que se trata de um equívoco. Não é isso que Nosso Senhor espera de nós. Não é para isso que nos formou e colocou na situação em que estamos, habilitando-nos para uma ação que, na verdade, Ele espera que seja de testemunho católico antes de tudo, e ainda que à custa de ficarmos reduzidos a um pequeno grupo, um *pusillus grex* [“pequeno rebanho”].

De qualquer modo, começamos a falar no assunto e uma primeira reunião foi marcada no consultório de um médico católico psiquiatra, **Dr. João Moura**, à rua Senador Dantas.

Em abril de 1968, Corção começa a escrever no jornal O Globo e aí fica como cronista, duas vezes por semana, até sua morte, dez anos mais tarde. Nos últimos anos, quando a aspereza do combate e a maior precisão das proposições exigiram pronunciamentos mais claros e mais difíceis, essa colaboração com o jornal do **Sr. Roberto Marinho** vai mostrar-se também difícil, mas Corção manteve-se firme por amor à causa, ainda que, muitas vezes, tivesse tido vontade de mandar tudo, o jornal e seu dono também, às favas.

Por exemplo, em 1976, quando Corção mandou à redação do O Globo seu artigo “Contrastes e Confrontos”, em que criticava a posição do Papa Paulo VI relativamente à condenação à morte de assassinos esquerdistas na Espanha de Franco, o Sr. Roberto Marinho publicou o artigo, mas com outro, ao lado, de sua autoria, em que o dono do jornal manifestava desagrado quanto à posição de Corção. Este tomara a decisão de se demitir.

A Graça procurou-me pelo telefone em inúmeros lugares, até que me achou, não sei como, no Ministério da Educação, onde tratava de um assunto burocrático do interesse da Permanência. Pelo telefone, contou-me a decisão de Corção e pediu-me que fosse vê-lo logo, por que ela não conseguia que ele mudasse de ideia. Bati-

me para lá e, conversando com Corção, acabei por mostrar-lhe que ele não podia deixar-se levar pelo arroubo de sua irritação pessoal, quando estava em jogo uma tribuna importante e única, que publicava em todo o país a posição de um grupo de católicos resistentes que procuravam guardar a Fé. Corção, afinal, mostrou-se sensível a essa argumentação e desistiu de seu projeto. Ainda no início de 1968, no mesmo mês de abril, Corção tornou pública a fundação do Centro de Cultura Humanística, que tinha Gladstone Chaves de Melo como seu primeiro presidente. Entretanto, ocorreu uma dificuldade que iria resultar na não fundação do mesmo Centro, do ponto de vista jurídico e burocrático.

Assim como, quando garoto, eu era encarregado de atas das reuniões dos clubes de futebol, assim também, agora, fui encarregado de redigir a ata de fundação, colher assinaturas e demais elementos necessários e promover os registros oficiais necessários. Mas acontece que — como hoje sei —, nessas horas todos os amigos querem ter a “honra” de assinar a ata de fundação. Vinte e duas personalidades assinaram a tal ata, isto é, uma lista que circulou de mão em mão para ser, mais tarde, incorporada a uma redação oficial da ata. Muitas dessas pessoas, aliás, não estavam presentes fisicamente, mas fizeram questão de aderir e ter seus nomes e assinaturas incluídas na ata posteriormente.

Em suma, era preciso redigir a ata, mandá-la datilografar com o estatuto da nova entidade, apurar previamente todos os detalhes a respeito de cada uma das pessoas consideradas fundadoras e depois ir ao encontro delas, uma por uma, para obter-lhes as assinaturas que, depois, seriam reconhecidas em tabelião. Em seguida, acompanhar o processo burocrático de registro dessa ata e do estatuto no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Eu, porém, não tinha tempo para nada disso, ainda mais quando tais pessoas moravam cada uma muito distante das demais. Não podia ficar correndo atrás de um por um. Os demais, incluindo as elevadas personalidades e seu próprio Presidente, tampouco tinham.

Duas vezes incumbimos alguns moços de fazerem este trabalho. Mas a coisa não andava: não tinham quem os levasse de carro daqui para lá e acabavam desistindo e deixando o assunto de lado.

O Centro foi definhando pela inércia não só do seu registro como também, penso eu, porque o seu presidente julgava que nos competia a nós, os encarregados dos seus aspectos burocráticos, tomar as iniciativas, organizar as reuniões, convocar as pessoas, etc. Ninguém fez isso, nem eu o poderia fazer, ocupado como estava sempre, durante as semanas, com meu trabalho profissional. Assim o Centro de Cultura Humanística foi morrendo sozinho. Em poucos meses ninguém falava mais dele. Só vinte anos mais tarde fiquei sabendo que esse episódio deixou o

Gladstone ressentido. Ele guardou uma mágoa, talvez contra mim também, porque iríamos, mais tarde, devotarmo-nos com maior empenho à nova fundação. Nas aulas que dava para um grupo de amigos, mais ligados a ele que a Gustavo Corção, ou se quisessem, igualmente ligados aos dois, referiu-se mais de uma vez ao assunto, acusando-nos de termos dado pouca importância à entidade fundada por seu empenho.

Do ponto de vista de Gustavo Corção, não sei o que pensava ou sentia quanto à inércia do Centro. Suspeito que se o próprio Gladstone não se mexia nem promovia as reuniões, ou se a elas não tinham podido comparecer os mais numerosos membros amigos dele, os demais iriam se deixando envolver por essa inércia. Mas, talvez, o próprio Corção tivesse se deixado paralisar pela evidente incongruidade dessa ideia de um Centro “humanístico” quando nossas almas estavam já plenamente envolvidas na crise que assaltava a Igreja Católica. Não sei.

Um pouco mais tarde, como aliás contou em artigo de jornal, Corção foi procurado por alguns militares que lhe manifestaram simpatia pelo seu combate e indagaram o que podiam fazer para ampliar a repercussão do seu trabalho. Combinaram fornecer mensalmente uma quantia que permitisse a Corção pagar um datilógrafo e organizar uma sociedade que o auxiliasse no combate. Em artigo publicado no O Globo, em 15 de agosto de 1968, Corção dá conta da ideia de uma fundação já em curso, com vários amigos, e convida seus leitores para assistirem à sessão solene do lançamento de uma nova organização chamada Permanência. Ela se propunha a lançar uma revista com o mesmo nome e também outras publicações do tipo que mais tarde se chamará de Cadernos Permanência, o primeiro dos quais seria em torno da ideia de progresso, efetivamente publicado em forma de livro, já com o subtítulo de Cadernos Permanência e o título principal: *Progresso e Progressismo*, reunindo escritos de Corção, Alfredo Lage, Jacques Maritain, G.K. Chesterton, Christopher Dawson e Marcel de Corte.

**O nome Permanência, como Corção explica no seu artigo, inspirou-se no Capítulo XV do Evangelho de São João, em que onze vezes Nosso Senhor insiste que permaneçamos nele para que Ele permaneça em nós. Embora isso não tenha importância, creio que deva deixar registrado que a primeira pessoa que disse a palavra Permanência fui eu, quando procurávamos um nome para nossa revista, lembrando-me da revista francesa Permanences (cujo nome não significa a mesma coisa). Mas de qualquer forma, quem adotou o nome e pela inspiração do Evangelho de São João foi Corção.**

A fundação de *Permanência* se fez em três etapas: o lançamento da ideia, numa sessão solene no auditório do Ministério da Educação, no dia 16 de agosto de

1968, que reuniu mais de duas mil pessoas. O artigo de Corção, que deu notícia dessa iniciativa, produziu em resposta milhares de cartas e inúmeros donativos.

A segunda etapa foi a fundação jurídica. Com a experiência frustrante da fundação do Centro de Cultura Humanística, tomei minhas precauções. Com o consentimento do Dr. Corção, a fundação da Editora Permanência se fez com a assinatura de apenas três pessoas e que, ainda por cima, moravam perto umas das outras: **Cláudio Braga**, indicado como Presidente, **Sileno Ferreira da Costa**, Tesoureiro, e eu como Secretário. Nem mesmo Corção assinou a ata de fundação, honra muito interessante, mas que dá muito trabalho a terceiros.

Poucos dias depois fizemos uma assembleia geral para aprovar os estatutos da Editora Permanência e outra, poucos dias mais tarde, para aprovar o ingresso, como sócios eleitores, de **Gustavo Corção**, **Alfredo Lage**, **Graça Pierotti**, **Hélio Drago Romano**, **Paulo de Tarso Chaves de Melo**, filho do Gladstone (que não quis fazer parte do grupo), **Eduardo Borgerth**, **Helena Ferraz Rodriguez** e muitos outros. Em seguida, em outra assembleia, Graça Pierotti foi eleita diretora da nova entidade, ficando encarregada de organizar os eventos, conferências, edições, etc.

Entretanto, a terceira etapa, a mais importante, foi a da fundação sobrenatural, marcada para um domingo, dia 29 de setembro de 1968, sob o patrocínio de São Miguel Arcanjo, com missa celebrada pelo Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, **Dom Jaime Câmara**.

Dom Jaime teve, aliás, uma participação mais marcante na ideia da fundação de uma nova sociedade. O acontecimento ocorreu em maio de 1968 e foi assim: recebemos, o Dr. Corção, o **Gladstone Chaves de Melo** e eu um chamado de Dom Jaime para uma reunião.

Nunca mais tínhamos procurado Dom Jaime depois do triste evento da “comemoração” da Reforma Protestante por parte do seu bispo auxiliar, Dom Castro Pinto. Nunca mais ouvimos dele qualquer palavra depois que, em 1963, ele havia dito, e não havia mantido, ao Dr. Corção, que quem deveria sair do Centro Dom Vital seria o Dr. Alceu, não o Corção.

A reunião pedida deveria ser à noite, na casa do Gladstone. Ali fomos e ficamos esperando. Mais ou menos à hora combinada chegou o carro com Dom Jaime. Ficamos impressionados com a brutalidade do seu chofer, que batia as portas do carro com violência e mantinha a cara fechada, parecendo tratar o velho cardeal como se fosse este o empregado e não o patrão.

A reunião começou com palavras de Dom Jaime. Disse que tinha consciência de que nós, provavelmente, estávamos decepcionados com ele por causa dos eventos

que culminaram com a saída de Corção do Centro Dom Vital, em 1964. Calou-se um momento. E Dr. Corção respondeu: “Excelência, em um momento como este não creio que o senhor gostaria que nós nos cingíssemos a fórmulas de cortesia. Por isso, com toda a franqueza, devo confessar que, de fato, estamos decepcionados”. Minha admiração por Corção chegou ao máximo, mas o Cardeal não gostou muito.

Entretanto, a reunião prosseguiu e consistiu em uma manifestação, da parte dele, no sentido de querer reparar sua falta anterior. Combinamos que ele escreveria uma carta pessoal sua (que eu redigi) pedindo ao **Dr. [Heráclito] Sobral Pinto**, então presidente do Centro Dom Vital, que aceitasse a nomeação de uma comissão designada pelo Cardeal, composta por nossos amigos, para reformulação das atividades do Centro Dom Vital. A carta foi escrita, datilografada em papel timbrado do Cardeal, assinada por ele e enviada ao Dr. Sobral.

Por coincidência, na mesma época, o Cardeal fazia visita pastoral à igreja do Cristo Redentor, nossa paróquia, e eu ali estava numa manhã, do lado de fora, quando vi chegar o Dr. Sobral andando com passos enérgicos, nas mãos balançando uma carta, e o ar furioso. Ele entrou. Não sei o que falou com o Cardeal que ali estava. Mas Sobral não saiu do Centro, a comissão não foi nomeada e tudo ficou como estava.

Compreendemos que, definitivamente, o Centro Dom Vital não voltaria jamais a funcionar como instituição verdadeiramente católica. O pobre Dom Jaime procurou reparar um pouco sua fraqueza aceitando o convite, creio que da Graça, para celebrar a missa de fundação da Permanência.

Essa missa se fez numa nova sede que tínhamos conseguido alugar: um quarto de empregada, com licença para usar a área da garage - onde foi celebrada a missa - de um casarão que pertencia a umas senhoras polonesas que mantinham uma instituição beneficente, na Rua das Laranjeiras. Ali ficamos algum tempo, isto é, de agosto de 1968 até meados de 1973, quando nos mudamos para uma casa alugada à Rua Jardim Botânico 86.

A principal atividade da Permanência, porém, era a publicação da revista com o mesmo nome. O primeiro número, que procuramos fazer sair antes da missa de fundação, só pôde vir à luz em outubro de 1968.

O responsável principal pelas edições da revista era **Alfredo Lage**, e os colaboradores habituais, Corção, Lage, Gladstone Chaves de Melo. Alfredo Lage era o único que lia revistas estrangeiras, sobretudo francesas, e já conhecia *Itinéraires*, *Forêts dans la Foi* e escritores como **Jean Madiran**, **Jean Ousset**,

**Louis Salleron, Marcel Clement...** e **Marcel Lefebvre**, todos esses nomes desconhecidos para nós.

Em um dos primeiros números, já em 1969, Lage fez traduzir e publicar um artigo de Dom Marcel Lefebvre em que este se rejubilava pela juventude que estava então aparecendo na Europa, ou, pelo menos, em parte dela, juventude ardentemente interessada na Igreja, na Verdade, na Fé. Ele relata um acampamento feito na Itália, prenúncio dos acampamentos de moços que mais tarde aparecerão na França, em que rapazes passam o tempo rezando o Rosário, fazendo caminhadas e exercícios físicos e se ocupando com as atividades do *camps*, cozinha, limpeza, etc. Dom Marcel Lefebvre estava cheio de esperanças: o Papa havia publicado a sua *Humanae Vitae* que, como ele diz, fecha uma porta deixada entreaberta pelo Concílio e, apesar de todas as outras portas ainda abertas, inclusive a do campo da Liturgia, ele tem esperanças.

Em junho de 1969, Cláudio Braga pediu demissão do seu cargo de Presidente da Permanência. Tinha que viajar muito e não podia continuar. Fez-se nova assembleia que decidiu colocar-me como Presidente, o Sileno como Tesoureiro e a Graça como Secretária. E essa diretoria assim permaneceu por muitos anos, sendo minha presença ali mantida até o fim da revista e até hoje quando escrevo, no que concerne à sociedade.

Desde logo, muitas outras atividades se fizeram. Cursos e conferências, dados sobretudo por **Helena Rodriguez** e **Aíla Gomes**, duas eminentes professoras, de francês e literatura francesa a primeira, de inglês e literatura inglesa a segunda. Cursos de Corção e de beneditinos, sobretudo de **Dom Irineu [Penna]**, que nos deu magníficas aulas de teologia tomista no próprio Mosteiro de São Bento. E também as nossas queridas “Tardes de Recolhimento”, um sábado por mês, em que um monge ou padre dos nossos amigos pregava um mini-retiro.

Tempos animadores, tempos de entusiasmo. Tínhamos ainda a missa normal, embora já necessitados de procurar igrejas em que os padres fossem sérios e tivessem compostura católica.

Outro aspecto da vida da sociedade dizia respeito à coleta de fundos. No princípio, o entusiasmo e a numerosa colaboração de tanta gente proporcionaram à diretoria da Permanência recursos suficientes para uma vida modesta. Compramos alguns móveis, mesas, cadeiras, um quadro negro para as conferências e aulas...

Adquirimos um telefone e uma pequena *off set*, armários, etc... Contratamos uma secretária datilografa... enfim começamos a viver uma vida normal. Com o tempo, porém, muitos dos doadores ou se esqueciam de reajustar sua contribuição ou simplesmente cessavam de enviar qualquer ajuda.

Ao longo dos anos, o Dr. Corção e eu, posso dizê-lo, fizemos todas! todas as tentativas possíveis para implantar campanhas de fundos as mais variadas e até cômicas.

Houve um dia em que Corção se disfarçou de meu chofer para levar-me a um encontro com industriais e dar-me assim um certo “ar” de importância. Houve uma vez em que se obteve de amigos do governo a indicação de um personagem, mais ou menos importante, para visitar industriais de São Paulo e obter anúncios — que publicamos algum tempo —, para ajudar uma revista que não tinha lá grandes vantagens em termos de publicidade. Outra campanha marcou entrevistas para mim com banqueiros dos mais destacados do país, obtidas por personalidades do governo que nos procuravam ajudar.

Fizemos campanhas de apelos, de estabelecimento de uma rede de coletores no Brasil inteiro, de publicação de pequenas frases significativas, de graça, em grandes jornais para alcançar novos assinantes... Enfim, tudo o que alguém quisesse imaginar como método foi por nós imaginado e experimentado. Algumas dessas iniciativas renderam quantias iniciais, nunca muito elevadas, mas não se mantinham. Outras fizeram mais ricos os que diziam que nos queriam ajudar, mas não a nós.

E o que nós realmente conhecemos em matéria de finanças foi sempre uma certa dificuldade, mas, por outro lado, milagrosamente, sempre que nos reuníamos e dávamos um balanço nos recursos e nas dívidas a pagar, sempre víamos que tínhamos dinheiro para viver mais seis meses. Por que seis meses? Não sei, mas é assim que a Santa Providência de Nosso Senhor nos tratou e com que graça! Sempre, de algum canto, aparecia o dinheiro e com ele pagávamos o que era preciso, aluguel da sede, papel, impressão da revista, distribuição, salário da secretária. E vivíamos assim mais seis meses.

Como costumava dizer nessa época, nunca nos faltou realmente o dinheiro. Faltou-nos a colaboração de gente capaz, porque sempre fomos poucos os que escreviam e trabalhavam. E assim vivemos enquanto Corção foi vivo. Por ocasião de sua morte, porém, a situação iria mudar. Mas isso fica para ser contado mais tarde.

O ano de 1968 foi um ano marcante, tanto aqui no Brasil quanto no exterior. Foi um ano agitado pelas esquerdas, que pareciam atender a comandos centrais, direta ou indiretamente ligados ao inferno. No Brasil, as passeatas lideradas por adolescentes em que homens destacados, com os cabelos grisalhos, padres, deputados, escritores e pseudo-escritores, não tiveram vergonha de se deixarem comandar por garotos estúpidos. Quando os garotos gritavam: “Vamos sentar”,

todos se sentavam no asfalto e quando diziam que era para retomar a marcha, lá se moviam os tolos e os perversos.

Na França tivemos o famoso *chienlit*, que Corção preferia chamar *cochonlit*, a mais vergonhosa manifestação de baixeza intelectual e moral a que chegou a grande nação. Os estudantes — se é que estudavam — tomaram conta das ruas e promoveram uma espécie de revolução, abortada desde o início, pois os imaturos não sabiam o que queriam e não sabiam como tomar o poder. Mas puderam exhibir sua monstruosa grosseria com cartazes do tipo “Papai fede” ou “Comitê de Pederastas de Paris” e puderam manifestar sua crueldade que incluiu assassinatos de estudantes não esquerdistas de Nanterre.

**Fernando Carneiro** ficou horrorizado com um espetáculo desses na mais amável e inteligente nação da terra. Em comovido artigo, Corção relatou a invasão de sua casa pelo amigo, tomado de emoção, que lhe disse à queima roupa: “Corção, você faz idéia do que significaria para o mundo uma França comunista?”. Com os olhos cheios de lágrimas acrescentou — como diz Corção no seu belo artigo de 28 de novembro desse ano de 1968 —, meio de costas para ocultar a emoção: “Hoje pela manhã ofereci a Deus, na missa, a minha vida pela França”. Ora, menos de dois meses depois morreu Fernando Carneiro, perdemos mais um combatente. Parece que o Céu aceitou seu sacrifício. A França escapou dos *cochons*. Por algum tempo.